



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
**CONSULTA PRÉVIA NÚMERO 00034172012**

**17/01/2012 - 10:29:07**

**1**

**Dados da Ocorrência 00034172012**

<b>Tipo de Ocorrência</b> Consulta Prévia Alv. Construção Área Urbana	<b>Assunto</b> Consulta Prévia Área Urbana	<b>Data de Abertura</b> 17/01/2012 09:22:29	<b>Data de Finalização</b> 17/01/2012 09:24:38	<b>Situação</b> Finalizado
<b>Nome do Solicitante</b> Glederson Henrique Grein	<b>CPF</b> 084.420.749-70	<b>Email</b> glederson.henrique@gmail.com		
<b>Telefone 1</b> (47)9194-6067	<b>Telefone 2</b>	<b>Celular</b>	<b>Fax</b>	
<b>Logradouro</b> RUA BARAO DE TEFFE	<b>Cidade</b> Joinville	<b>CEP</b> 89223-350		
<b>Bairro</b> BOM RETIRO	<b>Número</b> 110	<b>Apto.</b> 101	<b>Bloco</b>	<b>Complemento</b>
<b>Setor Atual</b> Secretaria da Infraestrutura Urbana		<b>Usuário Atual</b>		
<b>Descrição de Abertura</b> Consulta Prévia  Zoneamento: AUNP  Quanto aos índices urbanístico ver anexo IV da lei nº 312/10				
<b>Descrição de Finalização</b> Imóvel sujeito a influência de corpo hídrico , observar tabela de parâmetro ambientais e de drenagem na página 2.				
<b>Endereço da Consulta</b> INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA: 13-11-43-32-643; BAIRRO: ULYSSES GUIMARAES; ENDEREÇO: RUA CIDADE DE BARRETOS; NÚMERO: 0				
<b>Importante</b>  1. Para saber quais os usos admitidos e índices urbanísticos, consultar o <u>Anexo IV da LC 312/10</u> ; encontrado no site <a href="http://www.ippuj.sc.gov.br">http://www.ippuj.sc.gov.br</a> , link: LEIS 2. Para saber o significado dos códigos dos usos, consultar o <u>Anexo III da LC 312/10</u> ; encontrado no site <a href="http://www.ippuj.sc.gov.br">http://www.ippuj.sc.gov.br</a> , link: LEIS 3. Para calcular o número de vagas de estacionamento obrigatório, consultar o <u>Anexo V da LC 312/10</u> ; encontrado no site <a href="http://www.ippuj.sc.gov.br">http://www.ippuj.sc.gov.br</a> , link: LEIS				

Consulta Prévia 00034172012, emitido em 17/01/2012 em 09:22:29

**ATENÇÃO: Esta consulta tem validade de 180 dias.**

17/01/2012 - 10:29:07

**Parâmetros Ambientais e de Drenagem (FUNDEMA e Unidade de Drenagem):**

1. Para as atividades listadas no Anexo I da Resolução no 003/08 do CONSEMA, deverá ser requerida Licença Ambiental junto ao órgão ambiental competente.

2. Na área urbana para os imóveis localizados próximos a cursos d'água (rios, córregos, ribeirões, retificados ou não) deverão ser acatados os parâmetros definidos pela Lei Federal 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro) e pela Resolução no 303/02 do CONAMA. Estes dispositivos determinam faixas ou raio de preservação, conforme a largura do curso d'água, de acordo com a tabela:

Largura do curso d'água	Preservação Permanente
Até 10,00m	Faixa de 30,00m para ambas as margens
Mais de 10,00m até 50,00m	Faixa de 50,00m para ambas as margens
Mais de 50,00m até 200,00m	Faixa de 100,00m para ambas as margens
Olhos d'água ou nascentes	Raio mínimo de 50,00m

3. Para os casos de valas e canais de drenagem (drenos) que não possuam a passagem de águas fluviais (correntes ou perenes), deverá ser acatado o art. 93 da Lei no 29/96 (Código Municipal do Meio Ambiente), que determina uma faixa não edificável de acordo com a área de contribuição da bacia hidrográfica, conforme a tabela a seguir:

Área de contribuição (ha) da Bacia Hidrográfica	Faixa não edificável (em metros para ambas as margens)
0 a 25	4,00
25 a 50	6,00
51 a 75	10,00
76 a 100	16,00
101 a 200	20,00
201 a 350	28,00
351 a 1000	32,00
1001 a 1300	36,00

4. Os cursos d'água, valas de drenagem ou tubulações de drenagem pluvial existentes no terreno ou próximo a ele, deverão ser indicados na Planta de Situação de Projeto Arquitetônico, com as respectivas Faixas de Preservação Permanente ou Não Edificável, sob responsabilidade de autor do projeto e sob pena de anulação da licença para construção.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE

## CONSULTA PRÉVIA NÚMERO 00034172012

3

17/01/2012 - 10:29:07

### Observações Gerais

1. Qualquer operação de corte/aterro no terreno deve ser precedida de obtenção de Alvará de Terraplenagem.
2. **Para supressão de vegetação deve ser requerida Autorização junto a FUNDEMA.**
3. As edificações multifamiliares e de uso público e/ou coletivo devem respeitar os preceitos de acessibilidade conforme determina o Decreto Federal nº 5.296/2004 e NBR 9050/04.
4. As edificações com uso diferente de residencial unifamiliar devem apresentar projeto preventivo contra incêndio aprovado pelo Corpo de Bombeiros Voluntários.
5. Todas as águas servidas de uso doméstico (banheiros, lavanderias e cozinhas) deverão ser obrigatoriamente conectadas a rede pública coletora de esgoto, mediante consulta prévia da Companhia de Águas de Joinville. No caso de cozinhas deverá ser prevista a caixa de gordura antes da referida rede.
6. Na ausência da rede pública coletora de esgoto deve ser projetado e implantado um sistema de tratamento de efluentes sanitários apto a atender as recomendações das Resoluções CONAMA 357/05 e COMDEMA 01/07. No caso da necessidade de implantação de sistema de tratamento deve ser prevista a instalação de uma caixa de inspeção na saída do sistema para realização de análises periódicas de qualidade do efluente, conforme Resolução COMDEMA 01/07.
7. A execução de calçadas e/ou as alterações de meio-fio dependem de prévia Licença e devem respeitar o disposto nas Leis Complementares nº 76/1999, 84/2000e 202/2006, e ainda Decreto nº13.060/2006.
8. Para qualquer tipo de construção, reforma ou ampliação, consultar a Companhia de Águas de Joinville.
9. Os afastamentos mínimos para laterais e fundos, das edificações caracterizadas como galpões e assemelhadas, é de 3,00m, conforme Lei Complementar nº 312/10.
10. Na opção de utilização das divisas, para os casos previstos em lei, tomar conhecimento e obedecer ao disposto no Código Civil (Capítulo V – Dos Direitos de Vizinhança) e Lei Complementar nº 312/10.
11. Para requerer aprovação de projetos deverá ser apresentado o registro atualizado do lote, e cópia dos alvarás das edificações existente, quando houver.
12. Para construção sobre mais de um lote, é necessária a unificação dos mesmos.
13. Para estabelecimentos de saúde, educação, e alimentação, deverão ser atendidas as normas da Vigilância Sanitária.
14. As edificações em madeira não poderão ocupar as divisas laterais e/ou fundos. Devendo observar os afastamentos mínimos de 2,50m, conforme Artigo 79 da Lei Complementar nº 312/10.
15. Observar os Artigos 26 e 27 da Lei Complementar nº 312/10 quanto às delimitações das Zonas de Uso.
16. Observar a Lei Complementar nº 327/11 a respeito das vagas obrigatórias para bicicletário.
17. Para os imóveis sob influência de corpo hídrico (curso d'água, rio, vala, córrego, tubulação) o projeto estará sujeito a análise da Unidade de Drenagem e Fundema.
18. **Esta consulta é somente informativa para elaboração de projeto, não autorizando a construção.**
19. **O início da obra será permitido somente após a expedição do Alvará de Construção.**